

SOBRE O QUE FAZ TEXTO:
UMA LEITURA DE COHESION IN ENGLISH

Maria Teresa G. de LEMOS (Universidade Estadual de Campinas)

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss some of the questions which Halliday's work on text seems to impose on Linguistics while attempting at defining the status of text as a proper linguistic object. Those questions concern the relations between grammatical and semantic "components" in linguistic theory. What I have in mind is to show the need for recovering the essentially problematic nature of Halliday's "discovery" if one wants to make real advances in the discussion of such fundamental issues.

1. Em *Cohesion in English*, Halliday propõe uma análise daquilo que seriam as qualidades próprias do texto como objeto lingüístico. O reconhecimento da diferença que este objeto tem em relação aos objetos "típicos" (na falta de um termo mais apropriado) da lingüística, é verdadeiramente o ponto de partida de uma reflexão que lhe exigirá a aproximação com as questões mais problemáticas dentro do campo da lingüística. Uma delas, talvez a principal, é a da relação entre gramática e semântica. Outra (que é, na verdade, um desdobramento da primeira) é a da difícil definição das relações entre esses objetos lingüísticos e o seu "uso". Mas antes de qualquer problematização dessas questões é essencial se perguntar por que, de fato, ele é levado a elas.

Uma resposta possível seria dizer que, ao introduzir a questão do texto, Halliday estaria propondo a inclusão de um outro objeto no campo da lingüística e que, como tal, essa inclusão colocaria em questão as demarcações anteriormente fixadas nesse campo. Mas, trata-se realmente da inclusão de um novo objeto ou do reconhecimento de um objeto que se deixava apenas entrever em meio às diretrizes que são dominantes na lingüística? Veremos que as duas interpretações não são tão nitidamente excludentes quanto parecem à primeira vista.

Tudo leva a crer que Halliday não acreditava tratar-se de um objeto verdadeiramente outro, isto é, de um objeto que já não pertencesse de direito à lingüística, ainda que sua formulação na teoria estivesse por se realizar. Em nenhum momento ele se pergunta se o texto é ou não um objeto da lingüística. Mas o que nos interessa sublinhar aqui é que isso não impede que esta questão venha a se colocar no seu texto, à revelia de suas intenções. Para nós, não se trata de dizer que o texto é ou não é um objeto da lingüística, mas sim que aquilo que Halliday descobre como sendo texto não pode se inscrever de imediato no quadro que a lingüística oferecia como tratamento possível de seus objetos. Pode-se falar que algo vem se introduzir aí como efeito de ultrapassamento desse quadro. Mas o quê? Teremos que voltar a essa questão.

Não é bastante evidente que seu texto não faz outra coisa senão tentar responder a esta única interrogação: que classe de objeto é, afinal, este que eu sei (sem, no entanto, saber como é que o sei) que

é um texto? É no que ele é levado a se perguntar pela natureza mesma dessa diferença entre os objetos e unidades "típicas" (a frase, a sentença, etc) e o texto, que o flagramos se confrontando com os limites, com as fronteiras que constituem a topologia do saber lingüístico. Isto porque ao mesmo tempo em que reconhece essa diferença, ele reconhece também que ela não é uma evidência, uma coisa que se explique por si mesma. Veremos inclusive que a introdução (1) de sua obra consiste basicamente em um esforço para alcançar a essência dessa diferença.

Por isso não nos preocuparemos tanto em saber se esse esforço é aquele que delinea um novo objeto ou se, ao contrário, é aquele que revela o objeto escondido, obscuro, potencial. Nosso interesse aqui é antes o de avaliar os efeitos que esse gesto - esse que traça uma diferença no campo da lingüística - produz nesse mesmo campo.

2. Questão que dá origem à série: como diferenciar texto de não-texto?

Halliday parte de uma noção que pertence a um certo "senso-comum" da lingüística: a de que o texto é aquilo que forma um "todo unificado". Por isso pode-se afirmar que o valor de sua reflexão não está em ter introduzido este termo mas em algo mais importante, ou seja, em tê-lo subtraído a esse "senso-comum", para elevá-lo à dignidade de problema, de coisa a explicar. Assim sua questão é: o que faz um conjunto de sentenças ser reconhecido como texto e outro como simples amontoado desconexo? Em que consiste essa diferença?

Sua resposta: em um texto as coisas

se ligam, relacionam-se entre si. Há coesão. Evidentemente que os elementos da sentença se relacionam entre si mas Halliday não cansa de frisar que, no caso do texto, não se trata do mesmo tipo de relação que é descrita ao nível da sentença. O texto não seria um unidade gramatical, mas semântica. Fala também em "unidade da linguagem em uso".

A diferença que ele quer apontar tem a ver com uma oposição entre nível gramatical, por um lado, e semântico-pragmático, por outro. Mas não se pode dizer que ele mantenha essa distinção sem uma certa vacilação. Mais ainda, parece-nos que uma transgressão desses limites acaba se fazendo necessária para ele, quando prossegue na definição desse objeto. Mais que uma divisão, o seu texto revela mesmo é uma tensão entre esses pólos; suas definições apresentam ora uma tendência a privilegiar o valor das propriedades coesivas do texto em si (propriedade que ele define se apoiando de modo mais que acessório em categorias gramaticais e lexicais), ora um reconhecimento de instâncias "externas" ao texto que seriam determinantes para a sua interpretação como tal. Os trechos seguintes são exemplares nesse sentido.

Tendência "gramatical":

"What we are investigating in this book is the resources that English has for creating texture. If the passage of English containing more than one sentence is perceived as a text, there will be certain linguistic features present in that passage which can be

identified as contributing to its total unity and giving it texture" (op. cit., pág. 2, ênfase minha).

"Cohesion is part of the system of a language. The potencial for cohesion lies in the resources of reference, ellipsis and so on that are built into the language itself" (op. cit., pág. 5. ênfase minha).

"Cohesion is expressed partly through the grammar and partly through the vocabulary" (op. cit., pág. 5).

Tendência semântico-pragmática:

"A text is best regarded as a semantic unit: a unit not of form but of meaning" (op. cit., pág 2, ênfase minha).

"A text has texture, and this is what distinguishes it from something that is not a text. It derives this texture from the fact that it functions as a unity with respect to its environment" (op. cit., pág. 2, ênfase minha).

"We do not, in fact, evaluate any specimen of language - and deciding whether it dos or does not constitute text is a prerequisite for any further evaluation of it - without knowing something about its context of situation" (op. cit., pág. 20, ênfase minha).

"It is almost impossible to construct a verbal sentence which has no texture at all but this, in turn, is largely because we insist on interpreting any passage as a text if there is the remotest possibility of doing so" (op. cit., pág. 23, ênfase minha).

O uso de aspas em "gramatical" (em tendência gramatical acima) serve para indicar que não empregamos o termo no mesmo sentido do autor. Aqui esse termo não se refere especificamente ao componente sintático; trata-se de uma espécie de alusão metonímica a todos os mecanismos que constituem a língua enquanto sistematicidade formal, sistematicidade que se esgota em si mesma.

Esse emprego parece-nos útil porque permite precisar melhor quais são os pólos entre os quais o texto vacila. Dissemos que haveria uma vacilação entre níveis sintático e semântico-pragmático, mas esses termos ainda não exprimem verdadeiramente o problema porque o diluem na possibilidade de incluir tudo no campo da língua. Dessa forma, não haveria problema algum, apenas a necessidade de pensar as relações entre esses "aspectos" da língua. Halliday não parece mesmo ter qualquer dúvida sobre isso. Mas se queremos mostrar que há de fato um problema é porque o seu texto revela (ainda que de modo não intencional) uma outra tendência. Tendência que quer reconhecer "um fora da língua" que faz efeito na linguagem (2).

É um equívoco interpretar essa

tendência como semântico-pragmática (como fizemos acima). Ainda que ela se mostre como tal, é apenas porque Halliday fala de dentro do campo da lingüística e só pode se valer daquilo que esse discurso lhe oferece como significação. No entanto, o que realmente está em causa, e nisso é que o objeto "texto" faz retomar um problema essencial para a lingüística, é se a questão do sentido pode ser esgotada na referência a um sistema, tal como é concebida a língua. Se a lingüística remete o problema do sentido para uma "área" ou "nível" separado dos outros é justamente porque é sempre nessas questões que essa sistematicidade não se realiza nunca de modo satisfatório.

A questão do sentido, ou melhor, da impossibilidade de uma determinação radical e definitiva do sentido, introduz um impensável que a língua não pode integrar, porque, como ordem, ela só conhece a combinatória do possível, do dizível.

A língua dos lingüistas é um todo pleno, substancializado na idéia de sistema; por isso não pode dar conta da significação, que parece exigir uma noção de falta, de falta de sentido. O próprio texto de Halliday dá evidência disso, no que ele faz ver que é impossível não admitir um certo grau de "incerteza" sobre o que é texto ou não. Mas ele não dá ouvidos suficientemente a seu próprio comentário, que abre a possibilidade de pensar uma relação entre sentido e não sentido, texto e não-texto, ao invés de pensá-los como categorias a priori, definidas na/pela língua. O obscuro limite entre texto e não-texto poderia, então, revelar-se como uma fronteira atravessável nas duas direções.

Nesse caso a questão não seria mais, evidentemente, quais são as propriedades coesivas do texto mas sim a de saber o que nos situa de um lado ou de outro dessa fronteira do "textível". E será, por acaso, mera coincidência que Halliday fale também em subjetividade (3) que insiste em fazer sentido? (ver última citação).

A vacilação cujos efeitos Halliday sofre é a de incluir a coesão como propriedade da língua ou de admitir, para esse objeto, uma referência que, ao contrário, remete ao não-sistemático, ao particular, ao "histórico". Já vimos que, no que se refere a Halliday, é a primeira tendência que domina. Mas nosso interesse não é o de fazer uma crítica a Halliday, na verdade isso é bem secundário; o importante é o que seu texto nos oferece como possibilidade de avançar em questões fundamentais. Questões com as quais a lingüística não pode deixar de se confrontar, sob o risco de repetir mecanicamente o gesto de Saussure, que separou língua e fala.

3. Por que fazer, nesse momento, uma alusão a Saussure? Pode-se dizer que estamos num momento outro, já muito distante da reflexão estruturalista e que, portanto, não há sentido algum nisso. Ainda assim, essa lembrança parece-nos mais que oportuna, necessária. Separando língua e fala, Saussure fez ver que existe uma ordem própria da linguagem, irreduzível à ordem dos pensamentos e das coisas, como se queria crer antes dele. Independentemente das considerações que possam (e devam) ser feitas sobre a adequação dessa divisão, a descoberta

dessa ordem é o que funda verdadeiramente um novo campo, independente da filosofia, da psicologia, da sociologia, etc. Nesse sentido, diremos que é por ser fundante que essa separação está presente - como pano de fundo, "evidência" ou problema - em toda e qualquer reflexão lingüística. Nesse sentido, a dívida que temos para com Saussure é a de não deixar calar esse gesto; todos ficam assim obrigados a perguntar por suas conseqüências.

Halliday, portanto, pode escapar a esse efeito. Falando de dentro da lingüística ele retoma um discurso, já modificado por muitos outros discursos que não o de Saussure, mas que ainda conserva sua "verdade" original, fundadora. Na realidade, as palavras de Saussure já quase não comparecem no discurso atual da lingüística; elas formam, por assim dizer, o núcleo de um recalque original, do inconsciente desse discurso. Recalque que, é preciso dizer, operou-se pelo impasse a que o discurso estruturalista levou ao não conseguir dar conta de uma problemática que ele prometia resolver (sobre esse impasse, ver Ducrot, 1970).

Quando Halliday afirma que o texto é uma "unidade em uso", diremos que se trata de um retorno do recalcado, não desse recalcado da lingüística, mas sim o do próprio gesto de Saussure. Que recalque é esse? Ora, para que a língua se apresente como objeto autônomo, algo deve permanecer sob o efeito de recalque: a fala. A fal-ação dos sujeitos, o ato sempre falho da falação. Ou ainda, tudo aquilo que faz furo na sistematicidade ideal da língua. Então,

quando Halliday fala de uma "unidade em uso" ele arrisca um ultrapassamento do gesto de Saussure, que seria deixar falar esse recalcado. Mas, para poder acolher verdadeiramente os efeitos dessa "fala" que retorna, seria necessário aceitar uma subversão desses sentidos que constituem o imaginário da lingüística: a autonomia de suas áreas, a suposição de que a linguagem é possibilidade expressiva para o sujeito, de que há possibilidade de construir um saber sobre o sentido sem incluir a particularidade do sujeito que fala e da história de sua fala...

Isso significaria fazer uma aposta numa outra direção. E, nesse caso se estaria ainda dentro do campo da lingüística? Evidentemente não falamos da posição de Halliday; seu esforço é bem o de resolver a questão sem sair desse imaginário. Não que lhe falte ousadia, mas o fato é que ele mesmo não percebe o alcance do que diz (no que, aliás, ele não é diferente dos outros falantes!). O fato é que, apesar de abrir essa questão, ele não poderá senão manter o recalque operante. Veremos de que modo isso se faz no seu texto.

A discussão da diferença texto/sentença é um dos lugares onde sua posição se apresenta mais conflitiva, contraditória... verdadeiramente sem resposta. Nesse ponto encontramos um Halliday mais desamparado no que se refere aos apoios que ele espera encontrar na lingüística. É aí que se dá a perceber que jogo de forças é esse que sucumbirá, no seu fechamento, a um apagamento da questão.

"A text is a unit of language in use. It is not a grammatical unit, like a clause or a sentence; it is not defined by size (...) A text is not something that is like a sentence, only bigger; it is something that differs from a sentence in kind.

(...) Thus it is related to a clause or a sentence not by size but by REALIZATION, the coding of one symbolic system into the other. A text does not CONSIST of sentences; it is REALIZED BY, or encoded in sentences" (op. cit., pág. 2, ênfase minha).

"A text, as we said, is not a structural unit; and cohesion, in the sense we are using is not a structural relation. Whatever relations there are among the parts of a text-sentences, or paragraphs, or turns in a dialogue - it is not the same as structure in the usual sense, the relation which links the parts of a sentence or a clause.

(...) If text consisted of only one sentence we should not need to go beyond the category of structure to explain the internal cohesiveness of a text: this could be explained only as a function of its structure" (op. cit., pág. 7, ênfase minha).

Vemos que, num primeiro momento, o discurso da lingüística vem em seu auxílio para, em seguida, constituir-se naquilo que ele deve rejeitar para encontrar a verdadeira natureza do texto (o texto não é estrutura, não é isso e não é aquilo...). Não se pode

deixar de observar que ele afirma inúmeras vezes que há uma diferença qualitativa, mas não consegue precisá-la. Ele não avança além dessa negação, a não ser para cair novamente no discurso que começou por negar. Chega ao ponto de quase negar uma diferença qualitativa, quando afirma que não seria necessário ir além da categoria de estrutura se não fosse o fato de haver texto com mais de uma sentença!

Halliday confunde, assim, os termos que ele mesmo tentava distinguir. Parece-nos que isso ocorre porque ele não consegue integrar de fato a noção de "unidade em uso" na sua concepção de texto. É verdade que ele a evoca como definição, logo no início de sua elaboração, mas depois ela parece perder-se em meio às "propriedades coesivas do texto" e não é colocada em posição explicativa, a não ser de modo isolado e fragmentário. Não é bem o caso de dizer que ela passa para segundo plano mas que, por não fazer elo algum com o supostamente "lingüístico", corre o risco de se tornar uma explicação acessória. A falta dessa "integração" é evidência de que o recalque não foi ultrapassado e a noção de coesão é seu sintoma (sobre essa noção voltaremos mais adiante).

Mas não seria, então, o caso de tomar essa via, que o próprio Halliday abre, para repensar a oposição entre unidade textual e unidade gramatical? Ou, de outro modo, se tentássemos retomar a noção de uma "unidade em uso", a partir desse ponto em que Halliday a abandona, que conseqüências se fariam sentir? Apresentaremos a seguir algumas formulações possíveis nesse sentido.

(i) A unidade gramatical não pode ser da ordem do realizável, por que justamente só se "realiza" como objeto no que transcende toda e qualquer instanciação de discurso. Por isso uma sentença nunca será um texto. O texto, por sua vez, também não é da ordem do realizável mas do realizado, já que é efeito de sentido, para pelo menos um sujeito. Isso se opõe também à afirmação de que "o texto é realizado por sentenças" (Halliday, op. cit., pág. 2) no que entendemos que sentença e texto, não se definindo no mesmo plano de "existência", não podem realizar um ao outro.

(ii) O texto é sempre texto para alguém, de alguém. Não é preciso tomar esses termos aqui como pessoas específicas ou reais; o fato é que a linguagem sempre supõe um outro ao qual me dirijo, ao qual peço significação. O discurso do esquizofrênico não pode "fazer" texto em mim porque não consigo incluí-lo, de modo a fazer sentido, em um discurso que me inclua. Daí, inclusive, a impossibilidade de pensar texto sem sujeito. A sentença, ao contrário, seria um objeto que não precisa dizer ao que veio: está aí, não se dirige a ninguém, não dá testemunho de subjetividade. A sentença não precisa de outro (4).

Por isso também podemos afirmar que a sentença não "existe", isto é, que ela não se realiza como "objeto no mundo". Coisa que os chomskianos reconhecerão como óbvia. E essa obviedade faz toda a diferença. Ainda que chamemos de sentença um conjunto de palavras num exemplo de gramática, isso já é texto, ou parte de, porque já está incluída numa circulação discursiva e será, por isso, objeto para um outro (5). Nesse sentido, o

texto é um objeto no mundo humano.

Mas, então, que tipo de objeto seria a sentença? Aqui nos separamos dos chomskianos e possivelmente até do saber lingüístico de um modo geral. A sentença, retomando as palavras de Prado Coelho (1967) - que no entanto se referia à língua - é o que verdadeiramente falta na fala. É porque é objeto faltante que a gramática precisa construí-la. A gramática busca alcançar essa "essência" que determina a fala pois, se a fala fosse "puro acontecimento", o que garantiria a significação?

Mas a gramática só pode partir da fala para tentar alcançar essa "essência". Para "tentar", já que é preciso reconhecer que a sentença é um objeto impossível, pois a gramática, ao tentar dizer o que é a sentença, vive o paradoxo de engendrar apenas mais outra fala, outro texto. O lugar da sentença não seria, então, esse intervalo entre a fala da qual se parte e a fala sobre essa fala? Lugar vazio, prova de que estar na linguagem não equivale, para o homem, a possuir um saber sobre a linguagem. Mas é também por ser vazio que esse lugar pede sempre uma significação, aquela que, se fosse de fato encontrada, legitimaria um único e mesmo sentido para todos os falantes. Esse seria verdadeiramente O Texto, ausência total de equívoco, ambigüidade, efeito "non-text". Por isso esse lugar vazio é também condição de uma subjetividade que não se expressa nunca plenamente; à falta na linguagem equivale à falta no sujeito.

Mas isso não é o mesmo que dizer que a sentença (ou mesmo a língua) seja meramente uma ilusão dos lingüistas. Ela é

ilusão apenas no que é tomada como substância, objeto real. Seu modo de presença é a falta.

(iii) Para Halliday o texto acaba se configurando como algo da ordem do "realizável". Os recursos coesivos que a língua oferece constituirão, para ele, um "textível" na língua. Com isso, perde-se a dimensão verdadeiramente histórica que a noção de "unidade em uso" parece indicar. Além disso, poderíamos pensar que, no caso de uma "hipótese" que incluísse essa dimensão, a linha entre texto e não-texto poderia ser entendida como aquela que separa o discurso como "acontecimento", esse em que há reconhecimento em um dizer, e uma outra coisa, que mal poderíamos chamar de discurso. Pensamos aqui numa fala de opacidade total (se é que isso é possível) ou parcial, discurso poético, surreal, esquizofrênico, infantil. Em suma: fala que resiste a significar-se como texto, ainda que capaz de despertar sentidos. Que tipo de inscrição histórica faz esse "discurso"?

(iv) O que foi levantado acima coloca uma questão fundamental para a noção de coesão. Para Halliday parece bem natural dizer que o texto é um "todo" e um "todo unificado". Mas se ele se preocupa em mostrar como esse efeito é atingido é porque reconhece que a coesão é algo a atingir, e não uma propriedade natural, automática da linguagem. Se há uma tendência, ou mesmo uma necessidade de coesão, é porque, na linguagem, opera algo da ordem do não-coesivo, do não-todo. A linguagem da criança dá evidência disso: a

criança diz alguma coisa, ou seja cria significação em algum nível, mas falta coesão. Algo parecido ocorre no chiste: ele faz emergir uma significação outra, que permanece, no entanto, lado a lado com a significação "autorizada", sem a substituir (ver Freud, 1977). Nesse sentido, o chiste não é uma unidade semântica porque só faz sentido "chistoso" se as ligaduras coesivas não se fecharem em um único sentido. Mas seria o chiste texto, então?

No caso da criança, pode-se dizer, e com razão, que sua linguagem não faz texto, mas para nós essa não é a questão principal. Perguntar se algo é ou não texto, ou pelo menos, ficar satisfeito em perguntar só isso, é não duvidar que emergência de sentido e texto se equivalem. Mas o que dizer a respeito da emergência de sentido no não-coesivo? E isso também coloca em questão o estatuto da coesão, mostrando que ela pode ser apenas um efeito de sentido e que há sentido para além dela. O que estaria para além da coesão? Possivelmente uma tendência que, oposta à da coesão e da coerência, ameaça uma proliferação (e deslizamento) incontrollável de sentidos. Nesse caso, o chiste bem poderia ser o produto feliz de um jogo entre essas duas forças. Jogo que colocasse em cena a linguagem enquanto pura possibilidade de emergência de sentido, para libertar assim uma linguagem infantil na qual o sentido é, de modo mais radical, descoberto sempre no lugar do Outro.

4. Dissemos que "texto" é um certo efeito de consistência que se apresenta na relação do sujeito com um discurso, quando sua posição

permite um apagamento do indizível que esse mesmo discurso produz. Dissemos também que "ser texto", ou (como nos parece mais preciso) "fazer texto", é a produção de um efeito de unidade de sentido no discurso, cuja condição é o silenciamento não de um outro sentido, mas de toda uma força de proliferação de sentidos que é própria da linguagem. Desse modo, fazer texto tem a ver com "comunicar" ou "informar", se entendemos que há efeito de produção de uma mensagem inequívoca.

Mas, não seriam essas duas "hipóteses" bastante diferentes? O que numa delas sofre uma operação de apagamento é um indizível, enquanto que na outra trata-se antes de sentidos. Como entender isso? Diremos que, efetivamente, trata-se de coisas diferentes mas não dissociadas, pois cada uma aponta para um aspecto desse processo que constitui o discurso em objetos "texto". Para mostrar essa relação, tomaremos mais uma vez a questão do chiste.

Lembraremos, então, um chiste relatado por Freud, em "O chiste e sua relação com o inconsciente":

"Dois judeus se encontram perto de um estabelecimento de banhos. - Tomou um banho? pergunta um deles.

- Como? responde o outro - está faltando algum?" (op. cit., pág. 570).

A análise de Freud também nos auxiliará aqui. Interessado na técnica do chiste, Freud mostra que ela reside essencialmente em se aproveitar de uma certa propriedade da linguagem, que é a de apontar

sempre para mais uma possibilidade de sentido. O que ocorre no chiste? O sentido parece caminhar numa direção (tomar no sentido de "banhar-se") para, logo em seguida, dar uma guinada e tomar a direção totalmente inesperada (tomar no sentido de "pegar"). Inesperada, mas que no entanto, já estava "ali" como possibilidade. Isso pode ser explicado do seguinte modo: o dizer faz elo com uma infinidade de outros dizeres e toda aparição sua os evoca, chama-os à cena. Isso, que chamamos num outro momento de tendência de proliferação incontrollável de sentido, nada mais é que a história desse dizer que insiste em retornar.

Não é que o sujeito tenha a intenção de fazê-la retornar: ela retorna apesar dele, é simplesmente porque fala que a faz retornar. Por isso no chiste, ou mesmo no ato falho, o sujeito se surpreende com um dizer que diz nele, que ele não sabe de onde vem. Mas esse tipo de funcionamento, que encontramos no chiste e no ato falho, não é aquele que domina no funcionamento discursivo. Neste encontramos algo que tem tudo a ver com uma noção de texto: o dizer parece uma unidade que não precisa de outra referência, "diz o que diz". Mas o próprio Halliday soube reconhecer que o texto faz referência àquilo que está fora do texto, ou seja, que a coesão também se dá entre os elementos do texto e os elementos que, na sua exterioridade, o determinam. É preciso dizer que esses elementos não são os mesmos que aparecerão no lapso ou chiste, pois eles obedecem a uma ordem discursiva que submete essa força proliferadora aos dizíveis das formações discursivas. Por isso nesse caso o

falante não se surpreende; pelo contrário, ele se reconhece no que diz. Mas isso não significa que a unidade seja unidade de fato, apenas que, submetida a essas "leis" do discurso, a linguagem faz efeito de unidade. Isso nos permite dizer que o texto só se define mesmo de modo paradoxal: ele é um todo faltante, já que o que o faz todo está fora dele.

Mas como isso permite entender a relação que quisemos estabelecer entre nossas duas hipóteses? Não faltaria mostrar uma relação disso tudo com um indizível"?

Para isso teríamos que mostrar que a tendência de proliferação de sentidos não se opõe, como pode parecer à primeira vista, a um indizível mas que ambos se opõem ao processo discursivo de coesão. Já vimos que esse processo é aquele que permite que a linguagem pareça uma questão de intersubjetividade, de troca, de comunicação. É ele que faz a linguagem parecer capaz de construir um objeto inequívoco de sentido e, por isso, haver circulação de sentido entre locutores. Mas há que se pagar um preço por isso; trata-se do recalque dessa fala que a linguagem faz correr em nós, essa que é verdadeiramente indizível por que, no que abre a possibilidade de sentido, já não é mais sentido algum. Nesse momento de abertura radical ela coloca o sujeito num lugar vazio de sentido, à espera do sentido por vir. Por isso, no chiste, o momento imediatamente anterior ao nosso riso é um momento de desconcerto, perplexidade. Antes que um sentido venha novamente nos situar na via discursiva, experimentamos um gozo estranho, o de nos abandonarmos a esse dizer excessivo,

disperdício absoluto... a uma linguagem que, finalmente, é absolutamente inútil.

Pode-se dizer que, nesse ponto, já não estamos mais tratando de questões propriamente lingüísticas, com o que concordaremos. Mas isso não impede que uma pergunta legitimamente lingüística se faça a partir daqui: qual o estatuto do não-texto no campo dos objetos semânticos? Para nós, essa pergunta é a verdadeira conclusão desse trabalho.

(recebido em (02/08/90)

NOTAS

(1) A discussão que apresentamos aqui está centrada na "Introdução" de *Cohesion in English* justamente por essa razão. Esta apresenta as mesmas questões que o texto de Halliday retoma e elabora nos capítulos seguintes mas tem a vantagem de colocar mais a nu a problemática que nos interessa apontar.

(2) Vale a pena lembrar aqui o seguinte trecho:

"The internal and external aspects of 'texture' are not wholly separable (...)
The one concerns relations within the language, patterns of meaning realized by grammar and vocabulary; the other concerns the relations between the language and the relevant features of the speaker's and hearer's (or writer's and reader's) material, social and

ideological environment. Both these aspects of the text fall within the domain of linguistics (...) But there are two sets of phenomena here, and in this book we are concerned with the linguistic factors that are characteristics of text in English" (op. cit., pág. 20, ênfase minha).

Como entender que "todos esses aspectos estão no campo da lingüística" mas "esse livro só quer saber dos fatores lingüísticos"?!?

(3) O que a questão da subjetividade tem a ver com isso? Quando fala de uma tendência a interpretar, Halliday aponta um aspecto essencial da relação entre sujeito e linguagem. O sujeito, para se incluir no mundo humano, tem que significar a si mesmo e aos objetos através da linguagem. Ora, a condição de "existência" de um objeto no mundo humano é que ele faça série simbólica com outros objetos. Ou seja, que ele possa ser incluído em um discurso. Mas essa ação da linguagem transforma o sujeito e os objetos em objetos de linguagem; ela os coisifica em "eus", "carros", "Marias". Por isso sempre resta um indizível, um resto que a linguagem não consegue reincorporar nas suas malhas. Nesse sentido, não se poderia pensar que o texto é a consistência que essa série simbólica apresenta cada vez que ela permite que o sujeito faça uma inclusão de modo que esse efeito de indizível permaneça na sombra da significação, silenciado?

(4) Não podemos deixar de lembrar, no entanto, que a sentença só "apresenta" essa

auto-suficiência semântica quando se esquece que na linguagem, ou na língua, como queria Saussure, os elementos são diferenciais, só se definem em oposição aos outros. Nesse sentido, até no nível da sentença é preciso admitir um efeito de determinação pelo outro, ainda que esse outro seja os elementos da língua. Isso, evidentemente, não elimina a diferença que queremos apontar, apenas a problematiza mais.

(5) Vale lembrar aqui um trecho onde fica evidente que Halliday percebe mal essa diferença:

"A set of sentences that in any environment would not constitute a text is admissible as such in the restricted context of a book about language" (op. cit., pág. 20).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUCROT, O. (1970) *Estruturalismo e Lingüística*. São Paulo: Cultrix.
- FREUD, S. (1977) 'O chiste e sua relação com o inconsciente'. Em: *Textos Seleccionados*. Buenos Aires: Editorial Rueda.
- HALLIDAY, M.A.K. (1976) *Cohesion in English*. London: Longman.
- PRADO COELHO, E. (1967) 'Introdução a Um Pensamento Cruel: Estruturas, Estruturalidade e Estruturalismos'. Em: E. Prado Coelho (org.) *Estruturalismo: Antologia de Textos*. Lisboa: Portugalia.